

AMAZÔNIA: GEOPOLÍTICA, SOCIOBIODIVERSIDADE E COSTA FLUVIO-OCEÂNICA

Alberto Teixeira da Silva¹

Grupo Estudos do Mar – Cultura e Natureza (CEDEPEM)

O texto em tela pretende contribuir com reflexões preliminares, no intuito de compartilhar, de modo sistemático, informações e análises relacionadas aos objetivos do Grupo Estudos do Mar – Cultura e Natureza, no âmbito do Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho (CEDEPEM).

Este Grupo de investigação e difusão de conhecimentos, busca, dentre outros aspectos, “Estimular o desenvolvimento de pesquisas alinhadas ao esforço de pensar a irreduzível articulação entre natureza e cultura; além de abordar metodologias e análises de mecanismos de políticas públicas marítimas contextualizadas e integradas, envolvendo as políticas públicas internacionais, nacionais e subnacionais elencadas, tanto com vistas à proteção do entorno estratégico brasileiro, como para o entendimento da ocupação desse espaço para sobrevivência e conservação (CEDEPEM, 2021).

Importante considerar o atual momento histórico que atravessa a humanidade neste século XXI, recheada de crises sistêmicas e mudanças político-institucionais relevantes, derivadas de desafios locais e globais, como a mitigação das mudanças climáticas, à proteção de ecossistemas, à aceleração da transição energética e a redução de desigualdades socioambientais, tendo em conta modelos de governança participativa, na perspectiva de construir sociedades inclusivas, prósperas e sustentáveis.

Felizmente temos direção e referências: a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Década dos Oceanos e a Década para a Restauração de Ecossistemas, desenhadas e implementadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), trazem esperança e otimismo por um mundo melhor e menos perigoso. Em torno de múltiplas esferas de poder e redes multinível de governos e da sociedade civil, fluem experiências e ações de cooperação, com sinergia suficiente para viabilizar parcerias bilaterais e multilaterais.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor titular aposentado da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente, técnico em gestão ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS). E-mail: alberto.silva@semas.pa.gov.br

No contexto da Pan-Amazônia, ampla porção geográfica sul-americana, que abrange parte de oito países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) e a Guiana Francesa (departamento francês); a Amazônia brasileira possui territórios vitais e estratégicos na configuração da geopolítica mundial (AMIN, 2015). Esta mega região constitui um milagre do entrelaçamento entre sociedade, cultura, natureza e vida oceânica na interface com mares e rios.

O foco principal de nossa análise é a área costeira da Amazônia, considerando às dinâmicas da sociobiodiversidade, questões geopolíticas e políticas públicas. A costa amazônica compreende um corredor que vai do Amapá ao delta do Parnaíba, localizado na divisa dos estados do Piauí e Maranhão. Como se pode observar, a zona costeira do Brasil, pode ser dividida em 4 grandes zonas com feições geomorfológicas diferentes em cada parte do litoral. A Amazônia ocupa a faixa litorânea denominada “quaternário norte” (Figura 1).



Figura 1: Zonas Costeiras do Brasil.

Fonte: <https://www.coladaweb.com/geografia-do-brasil/zonas-litoraneas-do-brasil>.

Com efeito, no coração dos trópicos úmidos brasileiro, a Amazônia, provedora de serviços ambientais e ecossistêmicos, com forte protagonismo na regulação climática global, detém inestimável patrimônio de culturas e diversidade biológica (sociobiodiversidade), recursos

minerais e abrigo singular da maior bacia hidrográfica do planeta (SILVA, 2015), além de oportunidades econômicas e sociais, que podem gerar políticas integradas de desenvolvimento, com base na sustentabilidade e resiliência de biomas e populações locais.

A Amazônia costeira e marinha é um espaço geográfico considerado com a maior faixa contínua de manguezais do planeta (PRATES et al., 2012) e representa 80% da área de manguezais do Brasil, concentrando elementos e cenários de uma rica e surpreendente sociobiodiversidade (diversidade social e biológica). Esta região pode ser visualizada como espaço dinâmico de trocas intensas entre rios, mares e oceanos, compondo processos e amálgamas de populações indígenas e tradicionais, inseridos em diversos ambientes naturais, como “praias, planícies de marés, pântanos salinos e doces, estuários, manguezais, floresta de várzea, florestas tropicais, lagoas, lagoas, ilhas, rias, deltas, dunas, etc” (PEREIRA et. al, 2009).

Sem dúvida, os desafios da gestão costeira integrada e sustentável da Amazônia, constitui uma tarefa difícil e de longo prazo, considerando a complexidade dos processos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais em jogo, e também a presença de atores coletivos que atuam segundo lógicas diferenciadas, em muitos casos, em situações de conflitos e tensões, que dificultam as estratégias de ordenamento espacial e territorial.

A ocupação desordenada desde a segunda metade do século XX, fez da Amazônia, no plural, territórios abertos à sanha dos grandes empreendimentos capitalistas sob a ótica do lucro e da cobiça, provocando um quadro de degradação social e ambiental, e agora as bordas litorâneas sofrem impactos ecossistêmicos provenientes do aquecimento global e das mudanças climáticas, pelo aumento do nível do mar, erosão e perda de biodiversidade.

Embora se reconheça nas últimas décadas, esforços de atores governamentais e não governamentais e avanços na legislação em termos do gerenciamento costeiro brasileiro e seus mecanismos legais para a conservação dos seus ecossistemas, “tem-se observado o avanço da apropriação e homogeneização de territórios costeiros, sob a lógica do capital” (HARADA; RAMOS, 2019).

Portanto, diante das ameaças, danos e riscos ao patrimônio sociocultural e biótico, que atingem comunidades humanas e ecossistemas fluviais e oceânicos, a formulação e implementação de políticas públicas, sob a égide da administração e articulação dos poderes a nível federal, estadual e municipal, deve prover os meios e ferramentas para a defesa, segurança e prosperidade da zona costeira amazônica, configurada pelo envolvimento e ação dos estados federativos do Amapá, Pará e Maranhão. Urge a construção de um modelo de

desenvolvimento voltado para as regiões costeiras da Amazônia, com base na sustentabilidade e justiça socioambiental.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 107. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/5993>>. Acesso em: 23 set. 2021, 2015.
- CEDEPEM. Grupo Estudos do Mar – Cultura e Natureza. Disponível em Grupo Estudos do Mar – Cultura e Natureza – CEDEPEM (wordpress.com). Acesso 28 set. 21.
- PEREIRA, L.C.C.; DIAS, J.A.; CARMO, J.A.; POLETTE, M. A zona costeira amazônica brasileira (prefácio). **Revista da Gestão Costeira Integrada**. 9(2):3-7. 2009.
- PRATES, A.P.L.; GONÇALVES, M.A.; ROSA, M.R. **Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil**. Brasília: MMA, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/12181/Livro_panoramaconservacao%20ao-ecossistemas-costeiros_MMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30/09/2021.
- SOARES, M.L.G. Zona costeira brasileira: Conhecimento, passivo e antropismo. In: HARADA, A.Y., RAMOS, M.I.F. (Org.) **A Ciência na Costa Amazônica: 20 anos do Programa Estudos Costeiro do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: MPEG, 2019.
- SILVA, Alberto Teixeira da. **Amazônia na Agenda Ambiental Global**. Belém: NUMA/UFPA, 2015.